URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: ABORDAGENS NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Josinaldo Lucas de Oliveira

* Licenciado em Geografia pelo Centro Universitário ETEP e Doutorando em Direito pela Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP).

INTRODUÇÃO

A urbanização constitui um dos principais fenômenos responsáveis pelas transformações espaciais, sociais e econômicas ocorridas nas sociedades contemporâneas. No Brasil, esse processo ocorreu de maneira acelerada, especialmente a partir da segunda metade do século XX, promovendo intenso crescimento das cidades e modificando significativamente as relações entre sociedade e espaço geográfico. Entretanto, a expansão urbana desordenada contribuiu para o surgimento de inúmeros problemas sociais, evidenciando desigualdades presentes no ambiente urbano (GUEDES et al., 2024).

As desigualdades socioespaciais manifestam-se de diversas formas nas cidades brasileiras, principalmente por meio da segregação urbana, da precariedade habitacional e da insuficiência de infraestrutura em áreas periféricas. Enquanto determinados grupos sociais possuem amplo acesso aos serviços urbanos e às oportunidades econômicas, grande parcela da população enfrenta limitações relacionadas à moradia, mobilidade, saneamento básico, educação e segurança. Essas diferenças revelam a produção desigual do espaço urbano e demonstram como fatores econômicos e políticos influenciam a organização das cidades.

Nesse contexto, o ensino de Geografia apresenta relevante papel na formação crítica dos estudantes, possibilitando a compreensão das dinâmicas urbanas e das contradições sociais existentes no espaço geográfico. A disciplina contribui para o desenvolvimento da percepção sobre as relações entre sociedade, território e poder, permitindo análises acerca dos impactos da

urbanização sobre a vida cotidiana. Dessa maneira, a abordagem das desigualdades socioespaciais no ambiente escolar torna-se essencial para a construção de uma consciência cidadã e reflexiva.

A presente pesquisa delimita-se ao estudo da urbanização e da desigualdade socioespacial a partir das abordagens desenvolvidas no ensino de Geografia, considerando a importância dessa temática na educação básica. O problema de pesquisa fundamenta-se no seguinte questionamento: de que maneira o ensino de Geografia pode contribuir para a compreensão crítica da urbanização e das desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras? A investigação busca compreender como o conteúdo é discutido no âmbito educacional e quais contribuições oferece para a formação social dos alunos.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca das problemáticas urbanas e de suas implicações sociais no contexto educacional. O aprofundamento desse tema favorece a compreensão das transformações espaciais contemporâneas e fortalece o papel da Geografia como instrumento de análise crítica da realidade. Além disso, a pesquisa possui relevância acadêmica e social por reunir contribuições teóricas que podem auxiliar estudantes, professores e pesquisadores interessados nas questões urbanas e educacionais.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar, por meio de revisão bibliográfica, as abordagens sobre urbanização e desigualdade socioespacial no ensino de Geografia. Como objetivos específicos, busca-se compreender o processo histórico da urbanização brasileira, identificar os fatores relacionados às desigualdades socioespaciais nas cidades, investigar a importância da Geografia escolar na discussão das problemáticas urbanas e levantar produções bibliográficas relevantes acerca da temática proposta.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo-analítico. O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, envolvendo o levantamento e a análise de livros, artigos científicos, periódicos, dissertações e demais produções acadêmicas consolidadas nas áreas da Geografia e da Educação.

Esses caminhos metodológicos e o uso de técnicas de pesquisa documental permitiram sistematizar os dados teóricos encontrados, garantindo suporte científico para situar o problema da segregação

urbana e estruturar a discussão acerca do papel da Geografia escolar na desnaturalização dessas desigualdades, visando responder ao problema de pesquisa delimitado para este estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A urbanização constitui um processo histórico complexo, marcado pela concentração populacional, pela expansão das atividades econômicas e pela reorganização das formas de uso do espaço. No contexto brasileiro, esse fenômeno adquiriu características próprias, pois se desenvolveu de maneira acelerada e desigual, especialmente em função da industrialização, da migração interna e da centralização de serviços nas cidades. De acordo com Ribeiro (2020), as desigualdades urbanas estão diretamente associadas às desigualdades sociais, revelando que a cidade não se organiza de forma neutra. Assim, o espaço urbano expressa disputas, interesses e contradições que atravessam a sociedade.

As transformações do espaço urbano não se limitam ao crescimento físico das cidades, pois envolvem mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais que estruturam o território. A ampliação de bairros, vias, equipamentos públicos e áreas comerciais demonstra como a urbanização altera a paisagem e redefine os modos de vida. Segundo Alves e Carlos (2024), a estruturação da cidade deve ser compreendida a partir das diferenças e desigualdades que se materializam no cotidiano urbano. Desse modo, a cidade torna-se resultado de processos históricos que favorecem determinados grupos, enquanto marginalizam outros.

O crescimento urbano brasileiro ocorreu de forma profundamente seletiva, concentrando investimentos em áreas valorizadas e deixando extensas parcelas da população em territórios marcados pela precariedade. Essa dinâmica contribuiu para a formação de periferias distantes, com baixo acesso a serviços públicos e infraestrutura adequada. A segregação urbana amplia vulnerabilidades sociais, pois limita oportunidades e reforça desigualdades já existentes. Nesse sentido, a urbanização revela uma organização espacial que expressa hierarquias sociais e econômicas (CARVALHO, 2020).

A expansão das cidades também modificou as formas de circulação, moradia e trabalho, criando novas centralidades e ampliando a dependência entre áreas distintas do território urbano. Em muitos casos, a população de baixa renda passou a ocupar espaços mais afastados dos centros, enquanto os setores de maior poder aquisitivo concentraram-se em áreas melhor servidas por

equipamentos urbanos. Para Peres e Saboya (2024), a morfologia da expansão urbana contribui para processos de fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio. Essa fragmentação reforça distâncias físicas e simbólicas no interior das cidades.

A urbanização, quando orientada por interesses econômicos e pela valorização seletiva do solo, intensifica a desigualdade no acesso aos benefícios da cidade. A moradia, o transporte, o saneamento e os equipamentos públicos tornam-se distribuídos de maneira irregular, produzindo experiências urbanas distintas para diferentes grupos sociais. Tal entendimento é sustentado por Guedes et al. (2024), ao destacarem que a desigualdade socioespacial deve ser analisada por meio de indicadores capazes de evidenciar disparidades territoriais. Assim, compreender o espaço urbano exige observar tanto sua forma quanto suas condições sociais.

No campo da Geografia, o espaço urbano é entendido como produto das relações sociais e das ações humanas sobre o território. Essa perspectiva permite analisar a cidade como uma construção histórica, atravessada por conflitos, interesses e disputas pelo uso do solo. De acordo com Souza (2020), a discussão sobre urbanização, segregação socioespacial e direito à cidade possibilita compreender como o acesso desigual aos espaços urbanos limita a cidadania. Por isso, a análise da urbanização deve considerar não apenas o crescimento das cidades, mas também quem se beneficia desse crescimento.

As mudanças provocadas pela urbanização tornam-se visíveis na paisagem urbana, sobretudo pela coexistência entre áreas modernas e regiões marcadas por carências estruturais. Essa contradição evidencia que o desenvolvimento urbano não ocorre de maneira homogênea, pois alguns territórios recebem investimentos constantes, enquanto outros permanecem em situação de abandono. Segundo Costa (2022), o planejamento em escala de bairro pode revelar desigualdades socioespaciais específicas e contribuir para a leitura crítica das necessidades locais. Dessa forma, o estudo do espaço urbano deve partir também das realidades vividas pela população.

O processo de urbanização também está relacionado à produção de novas formas de desigualdade, pois a localização no espaço urbano influencia o acesso a direitos e oportunidades. Viver em áreas periféricas, sem transporte eficiente ou infraestrutura adequada, afeta o cotidiano dos sujeitos e amplia barreiras sociais. Para Júnior et al. (2024), o estudo da Geografia Urbana no ensino

fundamental permite aproximar os conteúdos escolares da realidade vivida pelos estudantes. Essa aproximação favorece uma leitura mais crítica das cidades e de seus problemas.

A urbanização brasileira evidencia a relação entre crescimento econômico, concentração territorial e exclusão social. Embora as cidades sejam espaços de inovação, circulação e diversidade, também concentram pobreza, violência, informalidade e precarização das condições de vida. De acordo com Oliveira (2025), a abordagem da urbanização no ensino de Geografia deve considerar os documentos curriculares e sua capacidade de promover reflexões sobre o espaço vivido. Assim, o estudo das transformações urbanas contribui para ampliar a compreensão dos estudantes sobre sua própria realidade.

As transformações do espaço urbano não ocorrem de maneira espontânea, pois resultam de decisões políticas, investimentos públicos, interesses privados e práticas sociais cotidianas. A produção da cidade envolve disputas pelo território, pela moradia, pela mobilidade e pelo acesso aos serviços essenciais. Tal entendimento é reforçado por Carvalho (2020), ao relacionar segregação, vulnerabilidade e desigualdades urbanas como dimensões articuladas da vida social. Portanto, analisar a urbanização exige reconhecer os mecanismos que produzem privilégios e exclusões no espaço.

Dessa maneira, o estudo da urbanização e das transformações do espaço urbano torna-se indispensável para compreender as desigualdades socioespaciais presentes nas cidades brasileiras. A Geografia contribui para interpretar essas dinâmicas ao relacionar sociedade, território e poder, possibilitando uma leitura crítica das paisagens e dos processos urbanos. Segundo Alves e Carlos (2024), as diferenças existentes nas cidades devem ser analisadas a partir de contextos concretos, considerando suas formas de estruturação e seus efeitos sociais.

A desigualdade socioespacial nas cidades brasileiras expressa a forma desigual como o espaço urbano é produzido, ocupado e apropriado por diferentes grupos sociais. Essa desigualdade não se limita à diferença de renda, pois envolve também o acesso à moradia, ao transporte, ao saneamento, à educação, à saúde e aos equipamentos públicos. De acordo com Carvalho (2020), a segregação urbana intensifica situações de vulnerabilidade ao concentrar populações pobres em áreas com menor presença do Estado. Assim, a cidade revela, em sua própria organização territorial, as marcas das desigualdades históricas da sociedade brasileira.

Nas cidades brasileiras, a localização da moradia influencia diretamente as oportunidades de vida dos sujeitos. Áreas centrais ou valorizadas tendem a concentrar infraestrutura, serviços e circulação econômica, enquanto periferias e ocupações precárias enfrentam maiores dificuldades de acesso aos direitos urbanos. Segundo Ribeiro (2020), as desigualdades urbanas articulam-se às desigualdades sociais, formando um quadro persistente de exclusão territorial.

A segregação socioespacial constitui uma das manifestações mais evidentes da desigualdade urbana, pois separa grupos sociais no território conforme sua renda, poder de consumo e acesso à propriedade. Essa separação aparece tanto na formação de periferias populares quanto na expansão de áreas fechadas e seletivas. Para Peres e Saboya (2024), a expansão urbana em cidades médias brasileiras tem produzido fragmentações socioeconômicas associadas à morfologia do crescimento urbano.

A desigualdade socioespacial também se relaciona à valorização seletiva do solo urbano, que transforma determinadas áreas em espaços privilegiados para investimentos públicos e privados. Em contrapartida, regiões ocupadas por populações de baixa renda costumam receber ações tardias, insuficientes ou fragmentadas. Os indicadores territoriais permitem evidenciar as diferenças de desenvolvimento entre espaços urbanos e regionais (GUEDES et al., 2024).

As periferias urbanas brasileiras são frequentemente marcadas por processos de exclusão que envolvem longos deslocamentos, precariedade habitacional e insuficiência de serviços básicos. Tal entendimento é sustentado por Souza (2020), ao relacionar segregação socioespacial e direito à cidade como dimensões centrais da cidadania urbana.

A produção desigual do espaço urbano resulta de escolhas políticas e econômicas que orientam o planejamento, os investimentos e a regulação do território. Segundo Costa (2022), a análise em escala de bairro permite identificar carências específicas e compreender como o planejamento urbano pode enfrentar desigualdades locais. Com isso, torna-se possível reconhecer que a cidade precisa ser pensada a partir das necessidades reais de seus moradores.

A desigualdade socioespacial não aparece apenas nas grandes metrópoles, pois também se manifesta em cidades médias e pequenas, ainda que com dinâmicas próprias. Alves e Carlos (2024) destacam que a estruturação das cidades médias envolve diferenças e desigualdades que precisam ser analisadas em seus contextos específicos.

A mobilidade urbana constitui outro elemento central para compreender as desigualdades nas cidades brasileiras. Moradores de áreas periféricas geralmente dependem de deslocamentos longos e de transportes coletivos precários para acessar trabalho, estudo e serviços essenciais. Carvalho (2020) afirma que a segregação urbana agrava vulnerabilidades sociais ao restringir oportunidades.

A infraestrutura urbana revela de forma concreta a desigualdade entre diferentes áreas da cidade. A presença ou ausência de saneamento, pavimentação, iluminação, equipamentos de saúde, escolas e espaços de lazer interfere diretamente na qualidade de vida da população. De acordo com Guedes et al. (2024), a desigualdade socioespacial deve ser compreendida por meio da articulação entre indicadores sociais e territoriais.

No ensino de Geografia, a análise das desigualdades socioespaciais permite aproximar os conteúdos escolares da realidade vivida pelos estudantes. Muitos alunos reconhecem em seu cotidiano problemas relacionados à moradia, ao transporte, à violência e à falta de equipamentos públicos. Para Portela (2020), discutir a segregação socioespacial nas cidades brasileiras contribui para uma leitura crítica do espaço urbano.

Dessa forma, a desigualdade socioespacial nas cidades brasileiras representa um fenômeno estrutural, vinculado à urbanização desigual, à segregação territorial e à distribuição seletiva dos recursos urbanos. Segundo Oliveira (2025), a urbanização no ensino de Geografia precisa ser tratada de maneira crítica, considerando sua presença nos currículos e sua relação com a realidade social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino de Geografia possui papel essencial na formação de uma leitura crítica do espaço urbano, pois permite compreender a cidade como resultado de processos sociais, econômicos, políticos e culturais. Ao estudar o espaço urbano, o estudante passa a reconhecer que as paisagens da cidade não são neutras, mas expressam relações históricas e desigualdades concretas. De acordo com Portela (2020), a abordagem da segregação socioespacial no ensino de Geografia contribui para interpretar criticamente as contradições presentes nas cidades brasileiras.

A compreensão do espaço urbano no ensino de Geografia exige superar uma visão meramente descritiva da cidade, limitada à identificação de ruas, bairros, centros e periferias. É necessário

analisar como esses espaços são produzidos, apropriados e transformados por diferentes sujeitos sociais. Segundo Júnior et al. (2024), o estudo da Geografia Urbana nos anos finais do ensino fundamental possibilita relacionar urbanização, desigualdade socioespacial e realidade vivida pelos estudantes.

A cidade, quando trabalhada em sala de aula, pode ser compreendida como um espaço de vivências, conflitos e disputas. Os estudantes observam diariamente problemas relacionados à mobilidade, moradia, infraestrutura e acesso aos serviços públicos, ainda que nem sempre consigam relacioná-los aos processos mais amplos de urbanização. Para Souza (2020), a discussão sobre o direito à cidade permite refletir sobre o acesso desigual aos espaços urbanos e sobre os limites da cidadania.

A análise do espaço urbano favorece o desenvolvimento do raciocínio geográfico, pois estimula a observação das relações entre localização, distribuição, circulação e desigualdade. Oliveira (2025) afirma que a urbanização no ensino de Geografia deve ser articulada às orientações curriculares, sem perder de vista a realidade social dos alunos.

O ensino de Geografia também possibilita problematizar a segregação urbana como fenômeno presente em diferentes escalas. A separação entre áreas valorizadas e regiões precarizadas revela que a cidade é organizada de forma desigual, produzindo oportunidades distintas para seus habitantes. De acordo com Carvalho (2020), a segregação intensifica vulnerabilidades sociais ao limitar o acesso a bens, serviços e redes de proteção.

As metodologias utilizadas no ensino do espaço urbano devem valorizar a participação dos estudantes e a análise de sua realidade próxima. Trabalhos de campo, leitura de mapas, análise de fotografias, observação do bairro e produção de croquis podem tornar o estudo da cidade mais concreto e significativo. Segundo Costa (2022), a análise em escala de bairro permite identificar desigualdades socioespaciais específicas e compreender demandas locais.

A abordagem do espaço urbano na escola deve considerar que as cidades brasileiras apresentam múltiplas formas de desigualdade. Elas aparecem na distribuição de infraestrutura, na qualidade das moradias, na oferta de transporte e na presença desigual de equipamentos públicos. Guedes et al. (2024) afirmam que os indicadores socioespaciais são fundamentais para evidenciar disparidades territoriais e orientar análises sobre o desenvolvimento urbano.

O estudo da cidade no contexto escolar também contribui para a formação cidadã, pois permite discutir direitos, deveres e participação social. Ao compreender os problemas urbanos, o estudante pode refletir sobre seu papel na transformação da realidade e sobre a importância das políticas públicas. As desigualdades urbanas e sociais estão articuladas nas metrópoles brasileiras, revelando formas persistentes de exclusão (RIBEIRO, 2020).

O professor de Geografia exerce função mediadora na construção do conhecimento sobre o espaço urbano, pois seleciona conteúdos, problematiza conceitos e relaciona o tema à realidade dos estudantes. A mediação docente torna-se fundamental para evitar explicações simplificadas sobre pobreza, periferia e desigualdade. Alves e Carlos (2024) afirmam que a estruturação da cidade envolve diferenças e desigualdades que precisam ser compreendidas em seus contextos específicos.

A Geografia escolar permite compreender que o espaço urbano é produzido por relações de poder, interesses econômicos e práticas sociais cotidianas. Essa compreensão ajuda a superar a ideia de que a cidade cresce de modo espontâneo, mostrando que sua organização depende de decisões políticas e investimentos seletivos. De acordo com Souza (2020), a urbanização e a segregação socioespacial devem ser analisadas em relação ao direito à cidade e à cidadania.

Dessa maneira, o ensino de Geografia contribui significativamente para a compreensão do espaço urbano ao articular conceitos, realidade vivida e análise crítica das desigualdades. A cidade passa a ser estudada como espaço de produção social, marcado por contradições, disputas e possibilidades de transformação.

A urbanização e a desigualdade socioespacial, quando analisadas no contexto educacional, tornam-se temas fundamentais para a formação crítica dos estudantes. A escola permite transformar experiências cotidianas em objeto de reflexão, sobretudo quando os alunos vivem em cidades marcadas por contrastes entre centro e periferia. De acordo com Portela (2020), o ensino de Geografia sobre a segregação socioespacial favorece a compreensão das contradições urbanas brasileiras.

No ambiente escolar, a urbanização deve ser compreendida como um processo histórico que modifica paisagens, relações sociais e formas de ocupação do território. Essa abordagem permite que o estudante perceba a cidade como resultado de escolhas políticas, econômicas e culturais.

Segundo Oliveira (2025), a urbanização no ensino de Geografia precisa ser analisada a partir das orientações curriculares, sem perder sua relação com o espaço vivido.

A desigualdade socioespacial, ao ser discutida em sala de aula, possibilita problematizar as diferenças de acesso à moradia, transporte, saneamento, lazer e serviços públicos. Esses elementos fazem parte da vida urbana e influenciam diretamente as condições de existência da população. Para Carvalho (2020), a segregação urbana amplia vulnerabilidades sociais ao restringir o acesso de determinados grupos a oportunidades e direitos.

A escola ocupa lugar estratégico na formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente o espaço urbano. Ao analisar bairros, ruas, equipamentos públicos e formas de circulação, os estudantes podem compreender como as desigualdades se manifestam no território. Júnior et al. (2024) afirmam que o estudo da Geografia Urbana nos anos finais do ensino fundamental favorece reflexões sobre urbanização e desigualdade socioespacial.

A abordagem educacional da urbanização não deve limitar-se à descrição do crescimento das cidades ou à memorização de conceitos. É necessário discutir as contradições do processo urbano, considerando seus impactos sobre diferentes grupos sociais. De acordo com Ribeiro (2020), as desigualdades urbanas estão articuladas às desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras.

No contexto educacional, a análise da cidade também favorece o desenvolvimento da cidadania, pois permite discutir o direito ao espaço urbano e à participação social. Ao compreender os problemas urbanos, o estudante passa a reconhecer a importância das políticas públicas e da organização coletiva. Tal entendimento é sustentado por Souza (2020), ao relacionar urbanização, segregação socioespacial e direito à cidade.

As práticas pedagógicas voltadas ao estudo da urbanização podem utilizar diferentes recursos, como mapas, fotografias, notícias, gráficos, observação do bairro e trabalhos de campo. Esses instrumentos auxiliam na leitura concreta da paisagem e permitem relacionar o conteúdo escolar às experiências dos estudantes. A análise em escala de bairro possibilita identificar desigualdades socioespaciais específicas e compreender demandas locais (COSTA, 2022).

A desigualdade socioespacial também pode ser trabalhada por meio da comparação entre diferentes áreas da cidade, observando infraestrutura, serviços e formas de ocupação. Essa estratégia permite

perceber que a cidade é marcada por distribuição desigual de recursos e oportunidades. Guedes et al. (2024) afirmam que indicadores socioespaciais ajudam a evidenciar disparidades territoriais no desenvolvimento brasileiro.

O estudo das cidades médias no contexto escolar amplia a compreensão da urbanização para além das grandes metrópoles. Muitos estudantes vivem em municípios que, embora não sejam grandes centros, também apresentam segregação, expansão periférica e desigualdades internas. Para Alves e Carlos (2024), a estruturação das cidades médias envolve diferenças e desigualdades que precisam ser analisadas em seus contextos específicos.

A formação do professor de Geografia é fundamental para que a urbanização e a desigualdade socioespacial sejam abordadas de maneira crítica e contextualizada. O docente precisa selecionar conteúdos, problematizar conceitos e propor atividades que estimulem a interpretação do espaço vivido. Peres e Saboya (2024) destacam que a expansão urbana pode gerar fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio.

O contexto educacional possibilita ainda desconstruir explicações simplificadas sobre periferias, pobreza e exclusão urbana. Ao tratar essas questões de modo crítico, a Geografia evidencia que as desigualdades resultam de processos históricos, econômicos e políticos. De acordo com Carvalho (2020), segregação, vulnerabilidade e desigualdades urbanas estão profundamente articuladas na organização social das cidades.

Dessa forma, a urbanização e a desigualdade socioespacial no contexto educacional constituem temas indispensáveis para uma Geografia comprometida com a leitura crítica da realidade. O estudo da cidade permite relacionar currículo, cotidiano e cidadania, favorecendo a compreensão das contradições presentes no espaço urbano. Segundo Portela (2020), ensinar sobre segregação socioespacial nas cidades brasileiras amplia a capacidade de análise dos estudantes diante das desigualdades.

O papel do professor na discussão das desigualdades urbanas é fundamental para que o ensino de Geografia ultrapasse a simples descrição das cidades e alcance uma interpretação crítica da realidade social. Em sala de aula, o docente pode orientar os estudantes a perceberem que a organização urbana revela diferenças de acesso à moradia, transporte, saneamento e serviços

públicos. De acordo com Portela (2020), o ensino da segregação socioespacial permite compreender as contradições presentes nas cidades brasileiras.

A atuação docente deve favorecer a leitura da cidade como espaço produzido por relações sociais, políticas e econômicas. O professor, ao problematizar a urbanização, contribui para que os estudantes compreendam que as desigualdades urbanas não surgem de forma espontânea, mas resultam de processos históricos de exclusão. Segundo Carvalho (2020), a segregação urbana amplia vulnerabilidades sociais ao limitar o acesso de determinados grupos a direitos e oportunidades.

No contexto escolar, cabe ao professor selecionar estratégias didáticas capazes de relacionar os conteúdos geográficos à realidade vivida pelos estudantes. A análise do bairro, da escola, dos deslocamentos diários e dos equipamentos públicos pode tornar o estudo das desigualdades urbanas mais concreto e significativo. Para Costa (2022), a escala do bairro permite identificar desigualdades socioespaciais específicas e compreender demandas locais.

A discussão sobre desigualdades urbanas exige sensibilidade pedagógica para evitar explicações simplistas sobre pobreza, periferia e vulnerabilidade social. O professor deve conduzir o debate de modo crítico, evidenciando que a precariedade de determinados territórios está relacionada à distribuição desigual de investimentos e políticas públicas. Ribeiro (2020) afirma que desigualdades urbanas e sociais se articulam nas metrópoles brasileiras.

O professor de Geografia também contribui para a formação cidadã ao discutir o direito à cidade e a participação social. Ao compreenderem os problemas urbanos, os estudantes podem refletir sobre sua posição na sociedade e sobre as possibilidades de transformação do espaço em que vivem. Tal entendimento é sustentado por Souza (2020), ao relacionar urbanização, segregação socioespacial e direito à cidade.

As metodologias utilizadas pelo professor são decisivas para ampliar a compreensão dos estudantes sobre as desigualdades urbanas. Mapas, imagens de satélite, gráficos, reportagens, fotografias e trabalhos de campo permitem observar a distribuição desigual dos recursos urbanos. De acordo com Guedes et al. (2024), os indicadores socioespaciais ajudam a evidenciar disparidades territoriais no desenvolvimento brasileiro.

A mediação docente precisa considerar que muitos estudantes vivenciam diretamente as desigualdades discutidas em sala de aula. Por isso, o professor deve valorizar os saberes prévios dos alunos, sem reduzir suas experiências a exemplos isolados ou meramente ilustrativos. Segundo Júnior et al. (2024), o estudo da Geografia Urbana no ensino fundamental aproxima urbanização e desigualdade socioespacial da realidade dos estudantes.

O debate sobre as desigualdades urbanas também exige que o professor trabalhe a cidade em diferentes escalas, articulando o local, o regional e o nacional. Problemas observados no bairro podem ser relacionados a processos mais amplos, como expansão urbana, valorização imobiliária e segregação territorial. A expansão urbana contribui para a fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio (PERES e SABOYA, 2024).

A formação e a postura crítica do professor influenciam diretamente a maneira como as desigualdades urbanas são apresentadas no ensino de Geografia. O docente precisa interpretar os currículos, selecionar materiais adequados e propor discussões que dialoguem com os desafios contemporâneos das cidades. Oliveira (2025) afirma que a urbanização no ensino de Geografia deve ser analisada em relação às orientações curriculares e à realidade social.

Dessa maneira, o professor exerce papel central na construção de uma educação geográfica comprometida com a compreensão crítica das desigualdades urbanas. Sua atuação permite revelar que a cidade é marcada por disputas, diferenças e formas desiguais de acesso aos direitos. De acordo com Alves e Carlos (2024), a estruturação da cidade envolve desigualdades e diferenças que precisam ser analisadas em seus contextos concretos. Portanto, o trabalho docente contribui para formar estudantes capazes de interpretar e questionar a produção desigual do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização brasileira produziu profundas transformações no espaço urbano, ao mesmo tempo em que intensificou desigualdades sociais e territoriais presentes nas cidades. A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a organização do espaço urbano ocorre de maneira desigual, favorecendo determinados grupos sociais em detrimento de outros. Nesse contexto, o ensino de Geografia mostrou-se fundamental para ampliar a compreensão crítica dos estudantes acerca das contradições urbanas, contribuindo para a formação cidadã e para a interpretação consciente da realidade social.

Os objetivos propostos foram alcançados, uma vez que a pesquisa possibilitou identificar os principais fatores relacionados à desigualdade socioespacial e compreender a importância das abordagens urbanas no contexto educacional. A investigação também demonstrou que o professor exerce papel essencial na mediação dos conteúdos geográficos, tornando possível relacionar teoria e cotidiano dos estudantes. O problema de pesquisa foi respondido ao evidenciar que o ensino de Geografia pode contribuir significativamente para a reflexão crítica sobre urbanização, segregação e direito à cidade.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que as desigualdades urbanas não se manifestam apenas na dimensão econômica, mas também no acesso aos serviços, à infraestrutura e às oportunidades sociais. A revisão bibliográfica permitiu reunir diferentes perspectivas teóricas sobre a produção desigual do espaço urbano e suas implicações educacionais. Entretanto, algumas limitações estiveram relacionadas à disponibilidade de estudos voltados especificamente para práticas pedagógicas aplicadas ao ensino das desigualdades urbanas em diferentes contextos escolares.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem investigações sobre metodologias de ensino voltadas à compreensão do espaço urbano e das desigualdades socioespaciais na educação básica. Também se mostra relevante ampliar estudos que analisem experiências pedagógicas desenvolvidas em escolas públicas de diferentes regiões do país. O trabalho poderá contribuir para novas discussões acadêmicas relacionadas ao ensino de Geografia, à urbanização e à formação crítica dos estudantes, servindo como base para pesquisas semelhantes e para reflexões no campo educacional.

Palavras-chave: Urbanização; Desigualdade socioespacial; Ensino de Geografia; Espaço urbano; Educação geográfica.

REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação; CARLOS, Ana Fani Alessandri. Estruturação da cidade, desigualdades e diferenças: contextos e perspectivas analíticas em duas cidades médias. Espaço Aberto, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 45-67, 2024.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Segregação, vulnerabilidade e desigualdades sociais e urbanas. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/4WdzxmcMx9gLKjkLTn89C3w/?format=html. Acesso em: 06 maio 2026.

COSTA, Higor Cirilo da. Plano de bairro e desigualdades socioespaciais: estudo aplicado ao bairro Lageado em Campo Grande/MS. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/6433/1/TCC_Higor%20Cirilo%20da%20Costa.pdf. Acesso em: 06 maio 2026.

GUEDES, Walef Pena et al. Desigualdade socioespacial e desenvolvimento territorial no Brasil: indicadores e índices. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-20, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381384396_DESIGUALDADE_SOCIOESPACIAL_E_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL_NO_BRASIL_INDICADORES_E_INDICES/fulltext/666b1fce85a4ee7261c0c81c/DESIGUALDADE-SOCIOESPACIAL-E-DESENVOLVIMENTO-TERRITORIAL-NO-BRASIL-INDICADORES-E-INDICES.pdf. Acesso em: 06 maio 2026.

JÚNIOR, Josué Barreto Da Silva et al. O estudo da Geografia Urbana no ensino fundamental (anos finais): reflexões sobre urbanização e desigualdade socioespacial. Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/113346. Acesso em: 06 maio 2026.

OLIVEIRA, Luana Maiara da Conceição. Urbanização no ensino de Geografia: uma análise da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2025.

PERES, Otávio Martins; SABOYA, Renato. Segregação socioespacial, morfologia da expansão e fragmentação socioeconômica em cidades brasileiras de porte médio. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 16, 2024. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/31642. Acesso em: 06 maio 2026.

PORTELA, Mugiany Oliveira Brito. O ensino de Geografia sobre a segregação socioespacial nas cidades brasileiras. Geografar, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 01-18, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/geografar/article/download/65346/41253. Acesso em: 06 maio 2026.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras. Sociologias, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 198-230, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/jjWrsR9C7bYpVyjRbqtsW6F/?format=html. Acesso em: 06 maio 2026.

SOUZA, Gabriela Fernanda de. Urbanização, segregação socioespacial e o direito à cidade: uma revisão bibliográfica. Volta Redonda: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/23214. Acesso em: 06 maio 2026.